



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

“A Assembleia Legislativa Provincial resolve”: os projetos relativos à economia da Bahia apresentados na Assembleia Legislativa Provincial (1835–1849)

“The Provincial Legislative Assembly resolves”: the projects related to Bahia's economy presented in the Provincial Legislative Assembly (1835–1849)

Silvana Andrade dos Santos; Universidade de São Paulo; silvanaandradeh@gmail.com

RESUMO: Neste texto, por meio do levantamento, classificação e análise dos Projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Provincial da Bahia no período compreendido entre 1835 e 1849, buscamos identificar em que medida as atividades econômicas receberam atenção do corpo legislativo provincial da Bahia. A baliza inicial diz respeito ao ano em que teve início os trabalhos das Assembleias, em substituição aos Conselhos Gerais de Província, em virtude da promulgação do Ato Adicional de 1834. Enquanto isso, a baliza final se refere ao encerramento da sétima legislatura, assim como ao período que antecedeu a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, da Lei de Terras e do Código Comercial, que representaram importantes marcos na sociedade e na economia imperial. O trabalho se insere dentro de uma pesquisa mais ampla que visa analisar a atuação dos políticos baianos frente à conjuntura econômica da Bahia em meados do século XIX.

Palavras-chave: Economia. Política. Bahia Imperial.

ABSTRACT: In this text, through the survey, classification and analysis of Bills and Resolutions presented in the Provincial Assembly of Bahia in the period between 1835 and 1849, we seek to identify the extent to which economic activities received attention from the provincial legislative body of Bahia. The initial mark refers to the year in which the work of the Assemblies began, replacing the General Councils of Provinces, due to the enactment of the Additional Act of 1834. Meanwhile, the final mark refers to the closing of the seventh legislature, as well as to the period that preceded the enactment of the Eusébio de Queirós Law, the Land Law and the Commercial Code, which represented important milestones in society and in the imperial economy. The work is part of a broader research that aims to analyze the performance of Bahian politicians in the face of the economic situation in Bahia in the mid-nineteenth century.



Keywords: Economics. Politics. Imperial Bahia

Desde pelo menos a década de 1920, a historiografia tem buscado explicar as razões para instabilidade ou “decadência” da economia da Bahia no século XIX. Estudos pioneiros que trataram sobre a província, a exemplos de trabalhos produzidos por Francisco Marques de Góes Calmon (1925), Rômulo de Almeida (1951), Manoel Pinto de Aguiar (1958), Waldemar de Mattos (1961) e Thales de Azevedo e Edilberto Vieira Lins (1969) chamaram atenção para choques internos e externos, imprevistos climáticos, epidemias, bem como o dito apego a práticas e atividades tradicionais, e a resistência à incorporação de novas técnicas e tecnologias. Ademais, as interpretações a respeito deste processo chamaram atenção para a ausência de iniciativas dos políticos baianos que buscassem superar a conjuntura adversa.

Trabalhos publicados posteriormente reforçaram a tese da inação dos políticos baianos ou argumentaram que suas esparsas ações não provocaram grandes efeitos na economia da Bahia. Para Maria Antonieta Tourinho, desde finais do século XVIII existiram iniciativas particulares e governamentais que visavam aprimorar a agricultura da província, especialmente a produção açucareira. No entanto, segundo ela, essas medidas não trouxeram grandes transformações no setor, porque tinham como objetivo alterações pontuais, e não estruturais, no sistema produtivo – não tocando, por exemplo, no emprego do trabalho escravo; e, quando colocadas em prática, tiveram pouco alcance, entre outros fatores, pela falta de interesse e pela ignorância de lavradores e das autoridades locais. Por sua vez, para Kátia Mattoso (1992, p. 455), apesar de desempenharem um importante papel no jogo político nacional, a elite política baiana “[...] nunca se preocupou com o destino econômico de sua província, aceitando as desventuras da fatalidade”.

Por outro lado, as obras de Eul Soo-Pang (1979), Waldir Freitas e Oliveira (1999) e, mais recentemente, Vinícius Silva (2019) apontaram para a existência de iniciativas encabeçadas ou apoiadas por políticos baianos que visavam promover aprimoramentos, principalmente na agricultura da província. Ademais, de acordo com



Bert Barickman (2003), embora a Bahia não tenha estado na vanguarda do aprimoramento técnico e tecnológico na produção açucareira mundial, ainda na primeira metade do século XIX foram ali implementadas medidas que objetivavam promover mudanças e inovações na produção açucareira.

Apesar de os debates a respeito da instabilidade/decadência da Bahia no século XIX serem questão incontornável para os que se debruçam sobre a economia da província no período, a historiografia ainda carece de trabalhos que abordem de forma direta a atuação dos políticos baianos sobre a matéria. Em virtude disso, neste texto, por meio do levantamento, classificação e análise dos Projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Provincial da Bahia (ALP) no período compreendido entre 1835 e 1849, buscamos identificar em que medida as atividades econômicas receberam atenção do corpo legislativo provincial da Bahia. A baliza inicial diz respeito ao ano em que teve início os trabalhos das Assembleias, em substituição aos Conselhos Gerais de Província, em virtude da promulgação do Ato Adicional de 1834. Enquanto isso, a baliza final se refere ao encerramento da sétima legislatura, assim como ao período que antecedeu a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, da Lei de Terras e do Código Comercial, que representaram importantes marcos na sociedade e na economia imperial.

Os projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia

A promulgação da lei 16 de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, promoveu reforma no artigo 71 da Constituição de 1824, que versava a respeito do direito dos cidadãos brasileiros de intervirem nas questões próprias (ou “particulares”) de suas províncias. A partir de então, foram estabelecidas as Assembleias Legislativas Provinciais, que substituíam os Conselho Gerais de Província, e tinham competência para legislar a respeito de uma série de questões, como: divisão civil, judiciária e eclesiástica; instrução pública; polícia e economia municipal, “precedendo propostas das câmaras”; despesas e rendas provincial; criação, supressão e nomeação para os empregos municipais e provinciais, e estabelecimentos dos seus



ordenados; obras públicas, estradas e navegação; construção de casas de prisão, trabalho e correção; socorros públicos, conventos e associações políticas e religiosas em geral; suspensão e admissão de empregados públicos.¹

Também cabia às Assembleias, entre outras coisas, fixar a força policial; autorizar as câmaras a contrair despesas; regular a administração de bens províncias; organizar a estatística, a catequese e civilização dos indígenas, e o estabelecimento de colônias; e velar pela guarda da Constituição e das Leis provinciais. Por outro lado, estava vedada às ALP o direito de legislar sobre impostos de importação e sobre matérias que não estivessem explicitadas na referida lei. Cada legislatura provincial vigorava por dois anos, com a exceção da primeira legislatura que se estendeu de 1835 a 1837. Enquanto isso, as sessões tinham dois meses duração, havendo possibilidade de prorrogação do prazo, conforme deliberação do Presidente da Província.²

As Assembleias Provinciais se configuravam enquanto espaço de articulação de diferentes interesses relativos à realidade das províncias. De um lado, em sua fala de abertura dos trabalhos no legislativo provincial, o Presidente da Província, que era nomeado pelo governo central, indicava questões as quais considerava que deveriam ser objeto de atenção da legislatura; de outro, por meio de representações, pessoas, entidades e empresas, levavam solicitações e apontavam demandas; por fim, havia as questões apresentadas pelos próprios deputados, por meio de requerimentos, indicações e propostas. Essas indicações, solicitações, demandas e questões convergiam, muitas vezes, para a apresentação de Projetos de Lei e Projetos de Resolução, no âmbito provincial, ou Projetos de Representação ao Governo Imperial, que contemplavam diferentes esferas da sociedade, o que torna esses documentos objetos privilegiados para a análise da atuação dos políticos imperiais com relação a diversos temas, como a economia.

O levantamento dos Projetos de Lei e Projetos de Resolução apresentados na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia se deu por meio de cruzamento de

¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834: faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 2 de junho de 2023.

² Idem.



informações contidas em referências presentes nas atas das sessões (que apresentam uma síntese dos trabalhos realizados), bem como nos livros de pareceres e projetos. Estes documentos encontram-se custodiadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia, no entanto, parte deles não está em condição de consulta. Além disso, não há até o momento sistematização das sessões eventualmente publicadas nos jornais da época, o que impossibilita determinar com precisão o número total de projetos apresentados no período em análise e o tema central contemplado por cada um deles.

Neste sentido, os projetos identificados foram agrupados segundo a legislatura na qual foram apresentados. A despeito de haver mudanças na composição da Assembleia dentro de uma mesma legislatura, e até mesmo dentro do mesmo ano da mesma legislatura - em virtude do afastamento de deputados em razão de enfermidade ou para se dirigir à Assembleia Geral, por exemplo - optamos por realizar a análise dos trabalhos de cada legislatura como um todo.

Para cada legislatura apresentamos o número total de projetos levantados e o número de projetos para os quais foi possível identificar o tema central, sobre os quais procederemos a análise (Quadro 1). Com exceção da primeira legislatura, cujo número de projetos com tema identificado correspondeu a 31,98% da quantidade de projetos levantados, determinou-se o tema de mais de 70% dos Projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia entre 1835 e 1849. Vale ressaltar que para os anos de 1839, 1840, 1847 e 1849 foi possível identificar o tema de todos os projetados levantados.

Quadro 1: Número de Projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia (1835-1849)

Legislatura	Projetados levantados	Projetos com tema identificado
Primeira (1835-1837)	172	55 (31,98%)
Segunda (1838-1839)	129	92 (71,32%)
Terceira (1840-1841)	112	100 (89,28%)
Quarta (1842-1843)	71	61 (85,91%)
Quinta (1844-1845)	91	75 (82,42%)
Sexta (1846-1847)	112	104 (92,86%)



Sétima (1848-1849)	144	139 (96,53%)
--------------------	-----	--------------

Elaboração própria.

Fontes: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 21, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 e 228. Projetos de Lei e Resolução, livros 158, 159, 160 e 161. Pareceres, livros 137, 138, 140, 143 e 144.

Posteriormente, com base nas atribuições das Assembleias Legislativas Provinciais definidas pelo Ato Adicional e nos temas contemplados pelos projetos de Lei e Resolução apresentados na ALP da Bahia foram criadas 16 categorias, a partir das quais estes foram classificados (Quadro 2). Embora diferentes categorias contemplem de forma direta ou indireta a economia da Bahia, neste trabalho direcionaremos o foco para a categoria Atividades Econômicas, que englobam projetos relativos agricultura, fábricas, pecuária, comércio de abastecimento, comércio de exportação, mineração, impostos sobre atividades econômicas e crédito.

Quadro 2: Categorias de classificação dos Projetos de Lei e Resolução apresentados na Assembleia Provincial da Bahia (1835-1849)

Categoria	Temas contemplados
Catequese e civilização indígena	Catequese e civilização indígena.
Colonização	Colônias de trabalhadores; Exploração de áreas no interior da província.
Conventos, ordens e associações políticas e religiosas	Concessão de loterias; Instituições para órfãos; Irmandades; Noviços e professores de instituições religiosas.
Desapropriação por utilidade	Desapropriação por utilidade.
Divisão civil, judiciária e eclesiástica	Criação, divisão, desmembramento, união e extinção de distritos de paz, comarcas, vilas, freguesias, cidades, capelas, curatos matrizes e paróquias; Demarcação de limites; Objetos de natureza semelhante.
Atividades econômicas	Agricultura; Fábricas;



	Pecuária; Comércio de abastecimento; Comércio de exportação; Mineração; Impostos sobre atividades econômicas; Crédito.
Empregados públicos	Admissão, jubilação, remoção, transferência e demissão; Concessão de licença, pensão e aposentadoria; Marcação de ordenado, vencimento e gratificação; Objetos de natureza semelhante.
Estatística	Recenseamento populacional.
Transporte e navegação	Abertura e manutenção de estradas; Pontes; Portos, cais e outros; Navegação; Estrada de ferro.
Instrução pública	Criação, transferência, supressão e extinção de escolas e cadeiras; Regulamentação da instrução pública; Financiamento de estudos na Europa; Gabinete de História Natural; Biblioteca pública.
Obras públicas	Construção e administração de obras públicas; Cemitério; Teatro público; Iluminação.
Polícia e força policial	Guarda nacional; Medidas de policiamento; Demarcação da força policial; Posturas.
Questões regimentares e constitucionais	Regulamentação das atribuições da Assembleia e da atuação do Presidente da Província e funcionários provinciais; Criação/acumulação de cargos; Ordenado de deputados; Aplicação/suspensão de garantias constitucionais e de leis provinciais.
Questões sanitárias e salubridade	Cemitérios; Hospitais; Parteiras; Limpeza urbana; Matadouro público.



Rendas, despesas e empréstimos	Orçamentos provincial e municipais; Contas municipais; Empréstimos municipais e provincial; Pedidos de indenização; Tesouraria provincial; Décima urbana; Fábricas, cômruas e guisamentos.
Socorros públicos	Prestação de auxílio em situação de intempéries.

Elaboração própria

Atividades econômicas

Para a Primeira Legislatura (1835-1837), foram identificados 172 projetos de Leis e Resolução (101 em 1835; 42 em 1836 e 29 em 1837), dos quais foi possível determinar o tema contemplado por 55 (31,98%)³. Destes 55, um (1,82%) tratava de questões relativas à categoria Atividades Econômicas. Este projeto, foi apresentado pela Comissão de Fazenda, teve como relator Antonio Pereira Rebouças e versava sobre medidas para melhorar o meio circulante na Bahia.⁴ Essa parece ter sido uma das principais preocupações dos deputados da Bahia na primeira Legislatura, uma vez que o primeiro projeto de representação à Assembleia Geral produzido no legislativo baiano, em 1835, abordava questão intimamente relacionada àquela: a fabricação e circulação de moeda de cobre falsa⁵.

Vale recordar que no período a Bahia ainda vivia o impacto da fabricação de moeda de cobre realizada em virtude das guerras de independência na primeira metade da década de 1820. A circulação de moeda de cobre falsa, daí decorrente, havia afetado sobremaneira a economia e, de modo especial, o crédito na província (Mattoso, 1992, p. 512; Trentin, 2010) convertendo em alvo central da atuação dos deputados baianos no que concerne às questões econômicas na Primeira Legislatura.

³ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 205, 206, 207, 208 e 209. Pareceres, livro 137.

⁴ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 208 e 209. Pareceres, livro 137.

⁵ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 205 e 206. Pareceres, livro 137.



Para a Segunda Legislatura (1838-1839) foram localizados 129 projetos (88 para 1838 e 41 para 1839), dos quais foi possível determinar o tema contemplado por 92 (71,32%). Deste, dois projetos (2,17%) diziam respeito a Atividades Econômicas. Neste caso, nota-se uma preocupação tanto com a agricultura de exportação, quanto à regulação do comércio de gêneros de abastecimento. O primeiro deles, nº 56 de 1838, versava sobre a realização de uma matrícula dos engenhos existentes na província. O segundo, nº 15 de 1839, tratava sobre medidas para a comercialização de carne verde⁶.

A Terceira Legislatura compreendeu os anos de 1840 e 1841. Na Bahia, as sessões do primeiro ano se estenderam até o dia 15 de maio. Três dias antes, em 12 de maio, foi sancionada a Lei Imperial 105 de 1840, que interpretava as reformas constitucionais instituídas pelos Ato Adicional de 1834. Embora a Lei de Interpretação do Ato Adicional tenha buscado limitar os poderes das províncias especialmente no que diz respeito ao judiciário e aos empregos gerais, ela manteve as linhas gerais do arranjo institucional estabelecido em 1834 (Dolhnikoff, 2005, p. 147), por isso, optamos por utilizar as mesmas categorias de análise empregadas para o período posterior a 1841.

Para essa legislatura foram identificados 112 projetos, dos quais foi possível determinar a matéria contemplada em 100 (89,28%). Neste caso, observa-se um aumento considerável do percentual de Projetos de Leis e Resolução relativos a Atividades Econômicas, se comparado com as legislaturas anteriores. A categoria foi uma das cinco que teve maior número de projetos apresentados, com 9 projetos (9%)⁷.

Esses projetos se dirigiam majoritariamente a assuntos relacionados à agricultura de exportação, propondo a redução do imposto provincial sobre exportação de açúcar (Projeto 3 de 1840); a realização de matrícula de engenhos (Projeto 20 de 1840); o combate a fraudes praticadas em relação aos gêneros de exportação, por meio da criação de uma mesa de inspeção (Projeto 29 de 1840); a regulação das obrigações dos lavradores ou fabricantes de açúcar, algodão, café tabaco e aguardente no porto de

⁶ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 210, 211 e 212. Pareceres, livros 137 e 138. Projetos de Lei e Resolução, livro 158.

⁷ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 212, 213, 214 e 215. Pareceres, livro 137 e 138. Projetos de Lei e Resolução, livro 158.



Salvador (Projeto 49 de 1840); e a abolição dos direitos provinciais de exportação de todos os gêneros de produção brasileira (Projeto 22 de 1841)⁸.

No entanto, é possível observar uma preocupação também com o abastecimento de Salvador, por meio de propostas para o estabelecimento de prêmio a lavradores que apresentassem 500 alqueires de trigo no mercado da cidade (Projeto 18 de 1840). Assim como a regulação da extração das pedras preciosas (Projeto 43 de 1840); a prestação de auxílio a constituição de fábricas, neste caso, por meio de concessão de loterias à companhia organizada por José Antônio Araújo (Projeto 48 de 1840); e o crédito, por meio da proposta de criação de um registro de hipotecas nas cidades e vilas do litoral da província (Projeto 43 de 1841)⁹.

Para a Quarta Legislatura (1842-1843) foram identificados 71 Projetos de Lei e Resolução, dos quais foi possível determinar a matéria abordada por 61 (85,91%). Nesta legislatura, Atividades Econômicas foi a segunda categoria que mais teve projetos apresentados, com 9 projetos (14,75%), ficando atrás apenas da categoria Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica¹⁰.

Assim como na Terceira Legislatura, observa-se a atenção principalmente voltada para a agricultura de exportação, notadamente, a produção açucareira. Dois dos projetos relativos a Atividades Econômicas apresentados na Quarta Legislatura diziam respeito a contratação de pessoal especializado para promover o melhoramento do açúcar (Projeto 5 de 1842 e Projeto 1 de 1843), um terceiro visava a construção de máquinas para moagem de cana (Projeto 35 de 1842) e um quarto a criação da Junta da Lavoura da Bahia, que também tinha como objetivo promover o melhoramento da agricultura da província (Projeto 2 de 1843). Ressalta-se o fato de que em 1843, segundo ano da Quarta Legislatura, os dois primeiros projetos apresentados diziam respeito ao melhoramento agrícola na Bahia¹¹.

⁸ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 212, 213, 214 e 215. Pareceres, livro 137 e 138. Projetos de Lei e Resolução, livro 158.

⁹ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 212, 213, 214 e 215. Pareceres, livro 137 e 138. Projetos de Lei e Resolução, livro 158.

¹⁰ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 216, 217, 218 e 219.

¹¹ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 216, 217, 218 e 219.



Os demais projetos tratavam sobre a mineração de ouro e prata (Projeto 13 de 1842), cobre e ferro (Projeto 33 de 1842); ao crédito, com a proposta de criação de um banco na província (Projeto 26 de 1843); ao abastecimento (Projeto 15 de 1842, relativo à extinção do Celeiro Público de Salvador) e à pecuária (Projeto 30 de 1843, sobre a criação de gado na de Jacobina)¹².

Para a Quinta Legislatura (1844-1845) foram identificados 91 projetos, dos quais foi possível determinar o tema abordado por 75 (82,42%). Destes, cinco (6,67%) tratavam sobre Atividades Econômicas, o que representou um decréscimo tanto em termos numéricos quanto percentuais em comparação à legislatura anterior. Mais uma vez, constata-se nesta legislatura o foco na produção agrícola, especialmente a produção e o comércio de gêneros de exportação, com ênfase para o açúcar e o tabaco, e a continuidade de propostas apresentadas em legislaturas anteriores¹³.

Neste sentido, são encontrados projetos a respeito da criação de uma mesa de inspeção para o açúcar, algodão e fumo (Projeto 24 de 1844), e três projetos relativos à contratação de pessoal especializado para promoção do melhoramento do açúcar e/ou do cultivo e beneficiamento do fumo (Projetos 29 de 1844, 31 de 1844 e 11 de 1845). Um destes projetos (29 de 1844) também abordava a produção de linho da bananeira. Por fim, o quinto e último projeto, concedia auxílio a uma fábrica de papel¹⁴.

Para a Sexta Legislatura (1846-1847), foram identificados 112 projetos, dos quais foi possível determinar o tema abordado por 104 (92,86%). Estes projetos, apesar de apresentarem uma queda em termos numéricos e percentuais em relação às duas legislaturas anteriores, abrangem uma diversidade de temas, como a exploração mineral na província (Projeto 18 de 1846); a prestação de auxílio a fábricas, com a isenção de impostos provinciais aos produtos da fábrica Todos os Santos (Projeto 30 de 1846); a

¹² APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 216, 217, 218 e 219.

¹³ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 220, 221, 222, 223. Pareceres, livro 140.

¹⁴ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 220, 221, 222, 223. Pareceres, livro 140.



regulação do comércio de abastecimento (Projeto 36 de 1847, que propôs medidas acerca da carne verde); e o melhoramento do fabrico do açúcar (Projeto 62 de 1847)¹⁵.

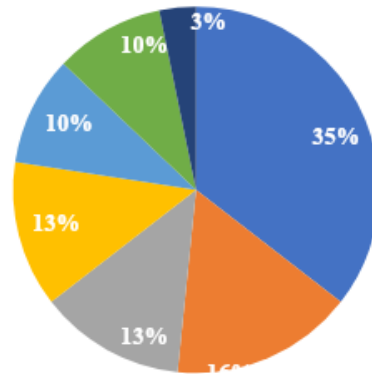
Finalmente, para a Sétima Legislatura foram identificados 144 projetos, dos quais foi possível determinar o tema abordado por 139 (96,53%). Destes, um projeto (0,72%) tratava sobre Atividades Econômicas, o Projeto 19 de 1848, que propunha dar organização e denominação à Junta da Lavoura.

No total, para as sete primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia foram identificados os temas abordados por 626 Projetos de Lei e Resolução, destes 31 (4,95%) se referiam a Atividades Econômicas. Embora este número seja diminuto em comparação à totalidade, evidencia que questões relativas à economia foram alvo da atenção dos parlamentares baianos.

Ao agrupar os projetos de Atividades Econômicas nas subcategorias contempladas no Quadro 2, constata-se a predominância de alguns temas (Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual de Projetos de Leis e Resoluções apresentados sobre Atividades Econômicas na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia (1835-1849)

¹⁵ APEB. Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 223, 224 e 225. Pareceres, livro 140. Projetos de Lei e Resolução, livro 160.



- Agricultura
- Exportação
- Abastecimento
- Mineração
- Crédito
- Pecuária

Elaboração própria.

Fontes: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Sessão Legislativo. Atas da Assembleia Provincial da Bahia, livros 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 21, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 e 228. Projetos de Lei e Resolução, livros 158, 159, 160 e 161. Pareceres, livros 137, 138, 140, 143 e 144.

Como é possível observar, considerada à época principal atividade econômica do país e da província, a Agricultura foi o foco dos projetos relativos a Atividades Econômicas (35,48%). Neste âmbito, constata-se preocupação com os gêneros destinados à exportação, notadamente o açúcar e, em menor grau, o tabaco, havendo majoritariamente medidas que visavam promover o melhoramento da produção destes gêneros. Não foram identificados por outro lado projetos que tratassem diretamente da agricultura destinada ao abastecimento interno, por exemplo, o cultivo da mandioca.

Nota-se uma atenção voltada aos gêneros de abastecimento, como trigo e carne verde, apenas no que tange à comercialização destes produtos. Os projetos relativos ao Abastecimento responderem a 12,90% do total de Projetos de Lei de Resolução relativos a Atividades Econômicas apresentados na Assembleia Provincial da Bahia entre 1835 e 1849.



Corroborar com o fato de que os gêneros de exportação foram o principal alvo da atuação dos deputados baianos nas sete primeiras legislaturas, no que tange a Atividades Econômicas, o fato de que a subcategoria Exportação tenha sido a segunda que mais teve projetos apresentados (16,13% dos projetos). Embora um dos projetos que compõem esta subcategoria seja relativo à abolição dos direitos provinciais de exportação a todos os gêneros de fabricação brasileira, os demais projetos tratam da exportação de gêneros como tabaco, algodão, aguardente e, principalmente açúcar.

Neste sentido, as evidências preliminares levantadas a partir dos Projetos de Leis e Resolução apontam que, no período compreendido entre 1835 e 1849, questões relativas ao melhoramento agrícola na província da Bahia, principalmente no que tange à produção açucareira, estiveram na pauta dos trabalhos da Assembleia Legislativa da província.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador: Livraria Progresso, 1958.
- ALMEIDA, Rômulo de. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, Ano 11, nº 19, jan. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1056/834>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- AZEVEDO, Thales de. LINS, Edilberto Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.
- CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para sua história de 1808-1899*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo, 2005.
- MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia, 1808-1960*. Salvador: Tipografia Manu, 1961.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos, 1999.
- PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história: 1875-1891*. Ministério da Justiça/Arquivo Nacional/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Rio de Janeiro, 1979.
- SILVA, Vinícius Santos da. *A Moléstia da Cana de Açúcar no Recôncavo Baiano: Política, Saberes, Práticas e Polêmicas Científicas (1865-1904)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

TRENTIN, Alexander. *O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.